

ALÉM DA NOTÍCIA

Pronto para crescer

As fábricas vão bem; o problema do País está só no campo financeiro. Essa frase, do ministro do Planejamento, João Sayad, tem um sentido claro. O Brasil está pronto para crescer, precisando apenas superar as contingências do estrangulamento externo. E, na opinião do ministro, há como superá-las.

Para Sayad, existe hoje um amplo espaço para o Governo mover-se, no trato da dívida externa. Entre as propostas de setores mais radicais, que sugerem repudiar a dívida externa, e a ação da administração Figueiredo, acredita o ministro, há uma ampla distância em que o Governo pode mover-se. Se seria mais cômodo mas inconveniente para o País aceitar um acordo como o delineado pelo Governo anterior, a posição defendida pelas alas radicais seria igualmente inconveniente. Há, porém, uma margem de manobra bastante grande entre esses dois extremos.

E há também tempo para negociar. O acordo provisório definido com os bancos, para a rolagem automática dos débitos brasileiros, só expira no final de agosto. Assim, somente nesse mês precisará estar tudo acertado com o Fundo Monetário Internacional, que até lá enviará novas missões ao Brasil — a próxima, na semana que vem.

Técnicos da área econômica não notam grande flexibilidade nessas equipes do FMI. Na verdade, dizia ontem um deles, que participou do grupo brasileiro que negociou com a última missão do Fundo, não houve por parte dela grande flexibilidade. As metas que delineavam a partir do exame dos dados fornecidos pelo Governo brasileiro permaneceram praticamente as mesmas do início ao fim dos entendimentos.

Nesses pontos as concessões do Governo brasileiro deverão, sem dúvida, ficar aquém do exigido pelo FMI. O ministro do Planejamento levou no final da manhã de ontem ao presidente Sarney um esboço do plano de cortes orçamentários, envolvendo não apenas as estatais mas também diversas outras contas governamentais, como os fundos aplicados no açúcar, no trigo e assim por diante. Mesmo implicando paralisação e desaceleração de várias obras em andamento, esses cortes serão insuficientes para chegar perto do desejado pela missão.

Sayad considera impossível, ainda, unificar a curto prazo os três orçamentos federais — o orçamento fiscal, o monetário e o das estatais —, ao menos a curto prazo. “Mais do que juntar tudo em um papel, essa unificação significaria conseguirmos cobrir todas as despesas do Governo com sua receita. Significaria que, para cobrir a conta do trigo por exemplo, o Governo poderia tirar dinheiro proveniente da arrecadação de impostos. Exatamente porque não dá para fazer isso é que os Governos anteriores jogavam esses gastos no orçamento monetário”, diz o ministro do Planejamento. Hoje, o orçamento fiscal mal dá para pagar o pessoal da administração direta e para pagar as suas dívidas, além do material de consumo, que é bastante reduzido.

Apesar disso, será difícil obter-se um grande acréscimo de receita através de aumentos de impostos, ao menos em breve espaço de tempo. Por isso mesmo as reformas tributárias em que se pensa constituirão, antes de mais nada, redistribuição de renda entre os três níveis de poder. Esse princípio já marcará a primeira delas, a reforma tributária de emergência, que o Governo preparará a curto prazo para envio ao Congresso em agosto, de modo a atender às pressões dos prefeitos. De acordo com o ministro Sayad, ela não deverá trazer um aumento na carga tributária global, mas garantir aos municípios uma parcela maior na atual distribuição de receita.

Para o próximo ano, de qualquer forma, o Governo pretende uma reforma tributária mais ampla — e definitiva. Nesse caso, as modificações no atual sistema poderão ser mais amplas. Um requisito básico será o de que o novo esquema não poderá representar qualquer obstáculo ao crescimento. Isso não significa, no entanto, que não se possa pensar em aumento de determinados impostos. Sayad pensa, por exemplo, que um incremento nos impostos pagos por uma empresa não se tornará recessivo desde que ela possa reduzir seus gastos. Por exemplo, pagando juros menores.

EDUARDO BRITO